# AGRICULTURA URBANA: DISCUTINDO ALGUMAS DAS SUAS ENGRENAGENS PARA DEBATER O TEMA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE ESPACIAL

Rubio José FERREIRA[1]

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO[2]

**RESUMO**

A agricultura urbana é um importante fator no processo de produção de espaços das cidades. Atualmente, cerca de 800 milhões de pessoas desenvolvem esta atividade no mundo. No Brasil, em todas as Regiões, são encontradas experiências de AU. Diante dessa realidade, há de se questionar sobre a natureza desta agricultura urbana, bem como sobre as formas de uso dos espaços por ela produzidos. A AU com suas engrenagens permite a realização de fluxos que mostram, também, intensas relações entre o espaço rural e a cidade. Pode-se, então entender a AU como sendo uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços intra e/ou peri-urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano. Sendo assim, essa forma de produzir e usar o espaço geográfico não pode deixar de ser considerada pelos agentes da gestão e do planejamento das nossas cidades. Até porque, a AU já construiu e articulou engrenagens cujas funcionalidades fazem-se inerentes no processo permanente de reprodução do espaço urbano em todo o mundo.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana, agricultura rural, espaço geográfico, territorialidade.

**ABSTRACT**

The Urban Agriculture (UA) is an important factor of process to town's construction. Nowadays, about 800 millions of people practise this activity in the whole world. In Brazil's regions, many experiences of this kind of agriculture are found. This reality, invite us to question about the nature of the UA as well as about its ways of space's use. The UA including its 'engrenagens' allow the development of flows of relationships between rural and urban ways of life. Thus, we can understand the UA as a social practise involving farm goods, food or non food goods produced in the inner or/and peripheral urban space of the town, using the human and material resources available there. This way of build and use the geographical space cannot neglect by the agents of urban planning, holding that the UA has built and organize 'engrenagens' whose 'funcionalidades' are related to the endless process of space reproduction.

**Key words:** Urban Agriculture, Rural agriculture, Geographical Space, Territoriality.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. E-mail: rb2005br@yahoo.com.br.
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. E-mail: cjmc@ufpe.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio é fruto de um esforço de reflexão sobre o conteúdo teórico tratado nas disciplinas cursadas no PPGeo-UFPE: "Espaço e modernidade: novos paradigmas à abordagem geográfica" e "Por uma nova economia política", ambas ministradas pelo professor Alcindo José de Sá, relacionando aspectos da configuração espacial da Agricultura Urbana (AU) em Recife, objeto de estudos da nossa dissertação. Isto, no sentido de conhecer aspectos importantes relativos às engrenagens oriundas do uso do espaço geográfico pela AU, contribuindo para uma discussão fecunda sobre o tema em questão.

Sabe-se que os artifícios econômicos e políticos contribuem para o processo de construção do espaço geográfico o qual é, ao mesmo tempo, usado pelas próprias ações sociais, de maneira que é impossível entendê-lo em sua forma, estrutura e função sem que se leve em conta as suas inter-relações. É nesse sentido que a geografia contribui para uma reflexão acerca da AU, visto que se trata de um campo do conhecimento científico, e como tal, possui métodos que possibilitam o entendimento dos processos sociais mediante o uso do espaço geográfico, seu principal objeto de análise o qual, segundo Santos (1985), em constante processo de totalização.

O principal objetivo deste texto é, portanto, o de apontar elementos das engrenagens da AU, que contribuam para o tema em apreço, tendo como base a dimensão espacial, ou seja, o uso econômico e político do território. Para tanto, abordar-se-á alguns dos aspectos da AU em Recife, o que se justifica até pelo fato de que esta atividade, nos últimos anos, tem ocupado espaços em diversas cidades no mundo e exercido importante função no processo de produção de espaços urbanos contemporâneos.

O texto está dividido em três partes: na primeira, recorrer-se-á à discussão de referências bibliográficas relacionadas ao tema, no sentido de apontar os seus principais pontos teóricos atuais. Na segunda parte, buscar-se-á mostrar sucintamente a prática da AU em diversos territórios no mundo. E por fim, tentar-se-á mostrar aspectos desta agricultura em Recife, como mais uma experiência relacionada ao processo em curso.

### 1.1. Aspectos Conceituais da Agricultura Urbana

A agricultura urbana faz-se presente como importante fator no processo de produção de espaços das cidades desde que estas existem (BOUKHARAEVA *et al*. 2005). Segundo um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999, 800 milhões de pessoas, distribuídas em todos os continentes, praticam atualmente,

agricultura urbana, no mundo. Assim sendo, o assunto tem tomado lugar nos debates tanto entre os estudiosos, quanto entre os gestores de políticas públicas.

No caso do Brasil, em várias cidades e áreas metropolitanas, são encontradas experiências de AU apoiadas ou não pelo Estado ou Organizações Não Governamentais (ONG s). Diante dessa realidade, há de se questionar sobre a natureza desta agricultura urbana, bem como sobre as formas de uso dos espaços por ela produzidos. Portanto, serão abordadas algumas das discussões teóricas pertinentes ao assunto, no sentido de se conhecer, sucintamente, algumas das bases teóricas do que se está chamando agricultura urbana na atualidade.

### 1.2. Agricultura Urbana e Espaço Geográfico

Como já dito, o espaço geográfico é, também, o resultado de "um processo permanente de construção social" e nesse processo as suas formas, funções e estruturas são re-configuradas, de acordo com as ações da sociedade (SANTOS, 1985), produzindo paisagens diversas.

Nesse sentido, é preciso que o espaço geográfico seja analisado em seu dinamismo complexo, tanto "em nível abstrato", quanto em "nível concreto" (CASTILHO, 2003), visto que, para a compreensão da totalidade, é preciso que também se conheça o particular, já que, como falou Santos (1988), os territórios são organizados em *subespaços articulados,* compondo, assim, o espaço global.

A AU com suas engrenagens permite a realização de fluxos que mostram, também, intensas relações entre o espaço rural e a cidade, uma vez que a cidade não deixa de ser um *lugar* que, embora pareça o mesmo, assume funções diferentes a cada vez que as situações mudam:

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 1988).

Nesse sentido, a cidade, refletindo a sociedade, como diz George (1993), torna-se o lugar onde o homem utiliza-se das inúmeras disponibilidades espaciais nela existentes para desenvolver-se economicamente. Nesse processo, a AU também tem desempenhado papel fundamental, acontecendo no espaço urbano e trazendo consigo não apenas a prática do cultivo *per se*, como também um conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais.

Esta “nova” atividade, então, assume características do modo de vida urbano, constituindo aí novos lugares, assumindo diversas interpretações quanto ao seu conceito.

### 1.3. Agricultura Urbana: uma diversidade de interpretações, um conceito em construção

A maior parte das contribuições teóricas ao debate sobre “agricultura urbana” tem bases na Agronomia e Economia, talvez em função das suas principais características estarem vinculadas também ao abastecimento alimentar de populações. Contudo, é preciso atentar para o fato de que a AU é uma atividade humana, a qual, por sua vez, possui também aspectos ambientais, econômicos e sociais, como afirma Monteiro (2002), bem como, convém acrescentar, políticos, etc.

Para se entender agricultura urbana, é necessário que se atente, também, para as suas especificidades espaciais, sociais e econômicas, uma vez que, embora apresente alguns aspectos semelhantes a práticas de Agricultura Rural (AR), possui peculiaridades não apenas no que tange à sua localização – espaços urbanos –, mas também, como lembra Mougeot (2000), principalmente porque ela acontece integrada intrinsecamente ao sistema econômico e ecológico urbano; o que nos remete à complexidade do espaço urbano.

Este mesmo autor aponta seis fatores principais que devem ser observados na agricultura urbana os quais, por sua vez, contribuem para sua conceituação e definição: tipo de atividade econômica, localização, tipos de áreas utilizadas, sistema e escala de produção e tipos e destinação de produtos. O esquema elaborado por Mougeot (2000), mostrado na Figura 1, sintetiza didaticamente as seis determinantes que devem ser observadas nas análises acerca da agricultura urbana.

Quando se atenta para a dimensão do tipo de atividade econômica, há de se levar em conta que, na base produtiva da agricultura, inclui-se também o processamento, a comercialização e a interação entre estas fases. Quanto à localização, não se pode perder de vista a diferenciação da agricultura produzida nos espaços intra-urbanos daquela produzida nas áreas peri-urbanas. No que tange ao tipo de área onde é produzida, a AU pode ser realizada em áreas cedidas, arrendadas ou no próprio local da residência do agricultor etc. As escalas e os sistemas de produção são variados, mas são reduzidos em sua maioria. Os tipos de produtos mais comuns são os alimentos para consumo humano ou animal. E a destinação desses produtos pode ser para auto-consumo e para a comercialização ou as duas situações ao mesmo tempo.

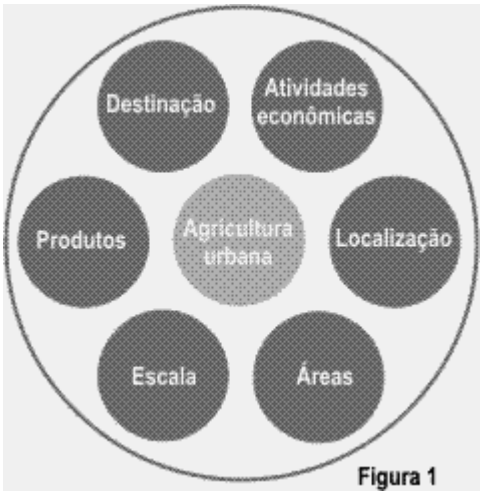


Figura 1. Esquema elaborado por Mougeot (2000), sintetizando, didaticamente, as seis determinantes que devem ser observadas nas análises envolvendo a agricultura urbana.

É importante ressaltar que, dos elementos citados anteriormente, apenas o da localização parece claramente decisivo para a diferenciação da AU com relação à AR. É por este motivo que é preciso destacar "o princípio da integração ao sistema econômico e ecológico urbano" desta atividade, para que, assim, se possa avançar numa definição mais sólida da AU. Como bem mostra Mougeot (2000):

> A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da agricultura rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (que será chamado, a seguir, de "ecossistema" urbano). [...] Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhões de anos (MOUGEOT, 2000).

Desta feita, as questões específicas da agricultura urbana, citadas por Monteiro (2002), a saber: questões sociais (acesso à alimentação, saúde, etc.), econômicas (desemprego, geração e manutenção de empregos, etc.) e ambientais (poluição de águas, ar, solo, etc.) estão intimamente imbricadas e não podem ser negligenciadas, quando se

pretende entender as engrenagens da AU com o conjunto das suas funcionalidades no processo de produção dos espaços.

Segundo Boukharaeva *et al.* (2005), corroborado por Mendonça *et al*. (2005), as funções da AU residem basicamente em princípios de segurança alimentar, bem-estar (meio ambiente, saúde, etc.), identidade e laços de sociabilidade; reforçando a complexidades do tema, tal como estamos defendendo aqui.

Pode-se, então, entender a AU como sendo uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços intra- e/ou peri-urbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano.

Portanto, quando tratamos de AU, abordamos tanto a prática do cultivo e processamento de vegetais, como também as atividades ligadas à pecuária, como, por exemplo, o cultivo de camarões e a criação de peixes, etc.

Entretanto, há uma diversidade de interpretações quanto aos conceitos e à realidade, da própria atividade. Por isto, é imprescindível que se leve em conta as especificidades de cada lugar, uma vez que, como dissemos, o espaço geográfico não é homogêneo e é uma instância social. Do contrário, as ações desenvolvidas sobre e a partir dos territórios poderão não apresentar os resultados esperados.

### 1.4. Espaços da Agricultura Urbana no Mundo Contemporâneo

Nos últimos anos, ficaram evidentes as mudanças ocorridas no espaço mundial, tanto no que diz respeito aos arranjos dos objetos espaciais, quanto à organização social e às ações dela decorrentes. Sábato (1993) mostrou que o dinheiro e a razão, elementos que alicerçaram as engrenagens do mundo atual, permitiram ao homem superar o naturalismo em busca de maior produção, transformando a massa humana [ou seria desumana?] em máquina. Isto acontece sob o sistema capitalista de produção, que é guiado pela busca do crescimento econômico a todo custo e apoiado na exploração do trabalho, com o propósito de produzir um espaço, como diz Harvey (2002), voltado, sobretudo, aos interesses da acumulação de capital.

Deste modo, o espaço urbano estimula grandes fluxos de pessoas, mercadorias, informações, comunicação e capital, induzindo, como diz Santos (2004), à formação de um complexo de relações inter-humanas, exercidas territorialmente em um lugar, cujo principal propósito tem sido a acumulação, mesmo que às custas do bem estar das pessoas.

Diante dessa realidade, a AU vem sendo moldada de acordo com esse propósito, na mesma medida em que o espaço urbano, no mundo contemporâneo, evolui num processo de globalização que é, ao mesmo tempo, contraditório porque, como mostra Baumann (2001), faz com que a cidade perca sua essência de civilidade, criando territórios cada vez mais "ilhados".

**1.5. Espaços da agricultura urbana**

Em diversos países do mundo, portanto, em função da visibilidade que a AU vem adquirindo, por estar cada vez mais presente nos espaços urbanos, ela também vem sendo considerada nas agendas do planejamento do Poder Público. Isto, claro, contribuindo para que a sua função seja ampliada, extrapolando a dimensão da segurança alimentar considerando, também o seu papel no desenvolvimento humano.

Assim sendo, existem várias entidades que desenvolvem ações voltadas ao desenvolvimento desse tipo de agricultura, tais como: PNUD, Organização para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (RUAF), dentre outras. O que há de comum nas políticas destas entidades internacionais é que todas buscam garantir o acesso das populações à alimentação, ou seja, à segurança alimentar sem perder de vista aspectos do desenvolvimento humano sustentável.

Um estudo da FAO (1999) indica, por exemplo, que a AU é praticada nos principais corredores de saída das cidades, bem como nas periferias e nas margens dos rios que correm aqueles espaços. Isto tanto em terrenos privados, como públicos. O mesmo estudo afirma que isto é possível devido à adaptabilidade da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais.

Observa-se que em países da África, América Central (Cuba, principalmente) e Europa (França e Portugal, preponderantemente) há significativos projetos de desenvolvimento da AU, e estudos voltados para este tema. As Figuras 1 e 2 são exemplos de iniciativas de AU em continentes diferentes no mundo. Segundo Boukharaeva *et al.* (2005), no século XX, houve um significativo desenvolvimento da AU em países do Hemisfério Sul. No caso do Brasil, são nas regiões Sudeste e Sul que as atividades de AU se concentram. Entretanto, isto não quer dizer que esta atividade só seja desenvolvida nestas regiões, mas também em outras, construindo e articulando as engrenagens ao seu próprio funcionamento.

Figura 1. AU em Havana – Cuba. Fonte: Medina (s/d.). Disponível em: http://www.cityfarmer.org/cubaRoberto.html. Acesso em: 25/11/2007.

Figura 2. AU em Portugal. Fonte: Territórius. Disponível em: http://territorius.blogspot.com/. Acesso em: 25/11/2007.

As engrenagens do capitalismo globalizado, ao mesmo tempo em que se firmam como modo de produção hegemônico, no mundo, funcionam como transformadores dos espaços locais, como diz Bauman (2001), implicando numa série de visões sobre os processos que causam o crescimento da AU.

O crescimento demográfico e econômico das cidades levou, segundo Roca (2004), à re-configuração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais, das práticas sociais etc. Desta feita, parece ser consensual, entre alguns estudiosos, que a densidade populacional e todas as transformações dela advindas, têm papel importante no processo de expansão e diversificação da AU. Mas, além da densidade populacional,

existem outros fatores de expansão e diversificação da AU inerentes a especificidades sócio-espaciais de muitas cidades.

### 1.6. A Agricultura urbana no Brasil e o papel do Estado

Sobre a AU no Brasil existem diversos trabalhos acadêmicos, dos quais destacamos os de Bicalho (1992), Turnowski (1992), Monteiro (2002), Maia (2005 e 2006) Mendonça *et al.* (2005) e Boukharaeva *et al*. (2005).

No que tange a instituições que desenvolvem ações no território brasileiro para promoção da AU, pode-se encontrar várias ONGs e até o Estado em suas instâncias federal, estaduais e municipais. O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, hoje Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), promoveu, neste ano, uma série de encontros em 11 áreas metropolitanas no país, no sentido de identificar e caracterizar os espaços da AU e Periurbana (AUP) para assim apoiá-la com maior eficácia. A Figura 3 mostra as áreas metropolitanas brasileiras que foram incluídas no estudo do referido ministério.

Como se pode ver, os estudos e, conseqüentemente, os recursos disponibilizados pelo Governo Federal, estão concentrados nos maiores centros urbanos do país, ou seja, nas maiores metrópoles. Além disso, devemos considerar que a agricultura urbana acha-se também presente em outras áreas urbanas brasileiras não contempladas pelo documento supracitado.

Mesmo diante de ações desenvolvidas pelo Estado visando apoiar a AU, o que se percebe em todos os relatórios sobre o assunto, tanto naqueles realizados pelos órgãos públicos como pelas ONG s, é que as ações pensadas são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes sob critérios imprecisos no que tange à eficácia e eficiência da aplicação dos recursos e da abrangência social. Desse modo, percebe-se que a AU ainda não tem recebido a atenção necessária da parte dos gestores públicos do planejamento urbano.

Figura 3. Brasil - Áreas Metropolitanas. Fonte: BRASIL, MAPA, 2007.

No caso de Recife, atualmente, a prefeitura tem apoiado, com recursos oriundos do governo federal, doze (12) hortas urbanas. Todavia, mesmo sem esse apoio institucional, parece que a AU tem-se expandido e diversificado, significativamente também nesta cidade, fazendo-se assim, uma atividade fundamental no processo de produção do espaço urbano local. Quais são, então, as suas engrenagens? E como o uso e a prática do território de vida dos seus atores têm influído nessas engrenagens, construindo territorialidades importantes para muitos moradores da cidade?

### 1.7. Engrenagens da agricultura urbana em Recife: Construção de territorialidades

O espaço sendo, concomitantemente, produto, meio e condição da vida social, conforme Santos (2004), também é reflexo da evolução do sistema capitalista e, portanto, nele sempre estão re-surgindo usos relativos aos interesses da acumulação desse sistema o qual possui na urbanização um dos seus principais mecanismos de acumulação, subordinando, inclusive, atividades de caráter rural a exemplo da agricultura. Na medida em que esta atividade passa a organizar-se segundo os interesses da urbanização, toma a forma de agricultura urbana.

Desde sua formação histórico-territorial justaposta com Olinda numa estrutura urbana, conforme Bitoun *et al.* (2003), Recife apresenta, em sua hinterlândia, atividades rurais. Contudo, nos dias presentes, a agricultura praticada nesse espaço urbano tomou

características diferentes das de outrora, e isto até porque a economia do núcleo da metrópole pernambucana é baseada, sobretudo, no setor de serviços.

A configuração da mancha urbana do Recife, conforme Pontual (2001), aconteceu de forma tentacular, a partir da segunda metade do século XIX, com o aparecimento das ligações (caminhos) do centro até os subúrbios. Com o passar do tempo, as edificações foram preenchendo os "vazios" existentes entre os citados tentáculos, dando origem a vários bairros, o que contribui para mudar a fisionomia da cidade, interligando fisicamente os territórios da cidade.

Está claro que, com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo e no Brasil, especificamente a partir da segunda metade do século XX, houve também nos espaços intra-urbanos um forte processo de urbanização. Estes espaços, por sua vez, tomaram formas diferenciadas em função das suas especificidades as quais repercutem nas formas de manifestação da agricultura nas cidades.

Em Recife, a AU é produzida como que em pequenas "ilhas" distribuídas por todo o município, manifestando-se sob a forma de diversas atividades tais como: cultivo de vegetais, piscicultura, carcinocultura e outras. A piscicultura é encontrada em áreas de mangue ou em várzeas onde se instalam viveiros; o cultivo de vegetais nas áreas limítrofes do município, nas margens das rodovias, e em espaços ociosos, como mostra a Figura 4.

As áreas com AU em Recife, identificadas e representadas na Figura 4, referem-se aos espaços levantados até o momento em pesquisa de campo. Elas estão classificadas em dois grupos que são: no grupo 1, aquelas que recebem algum apoio institucional seja da parte do Estado ou de ONGs, e o grupo 2, aquelas que se reproduzem sem apoio de nenhuma *exterioridade*. Entretanto, ainda se pratica AU em outras áreas que não estão representadas na Figura, em função de três motivos: pelo fato de serem imperceptíveis com a observação das imagens de satélite[3], uma vez que essas áreas praticadas com plantio são muito pequenas; pelo fato de se tratarem de estábulos onde são criados animais, o que é impossível observar a partir das imagens; e pelo fato de constituírem plantios de fruteiras em quintais das residências, de hortaliças em vasos, etc.

[3] Observações realizadas a partir das imagens do Quikbard, disponíveis no sítio do Google Earth.

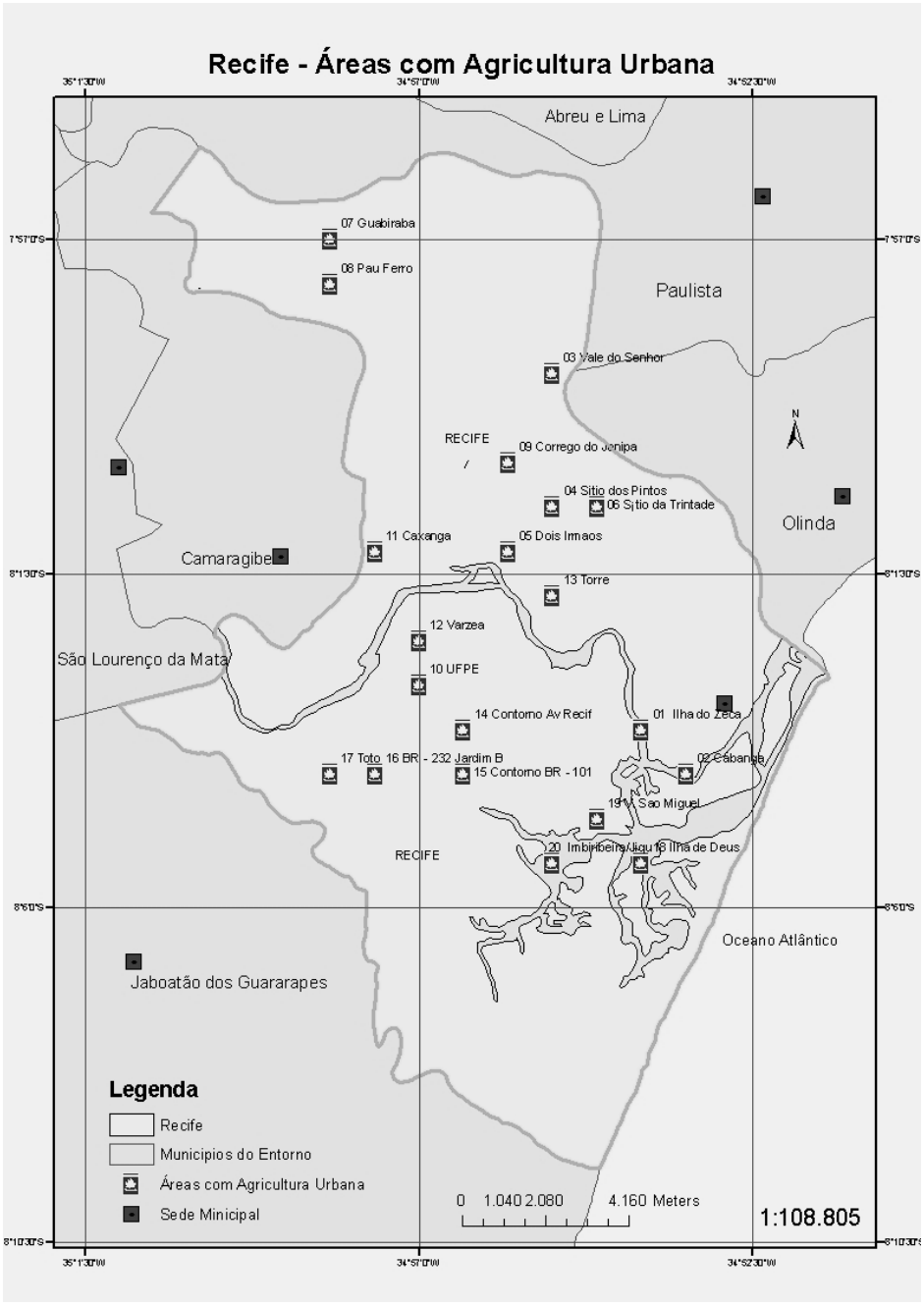


Figura 4. Mapa de áreas com agricultura urbana em Recife, elaborado a partir da base cartográfica do ZAPE.

Assim sendo, em Recife, a AU, apresenta as seguintes características:

- Plantio de vegetais em espaços ao longo de rodovias, avenidas, viadutos próximo a reservas florestais, bem como, em quintais de residências;
- Criação de animais de pequeno e grande porte (eqüinos, bovinos, caprinos e aves) em terrenos baldios próximos a rodovias, avenidas, viadutos, margens de rios córregos, etc.;

- Pesca de camarões, peixes, ostras, mariscos sob as pontes na área central da cidade histórica, nos manguezais e ao longo de margens dos rios e córregos, como se fossem extensões dos quintais das residências.

Trata-se de características que estão fortemente vinculadas, como vimos, às especificidades sócio-ambientais de cada lugar da cidade, suscitando a construção de diversas territorialidades.

### 1.8. Agricultura Urbana e Construção de Territorialidades

Como já fizemos notar, não se pode esquecer das peculiaridades de cada lugar e das suas realidades empíricas. Assim sendo, no caso de Recife, a AU funciona, principalmente, como fonte de renda, ou seja, com vistas ao consumo, sendo isso mais uma evidência do que dizem Lazzarato e Negri (2001) quando afirmam que a economia hoje é centrada na circulação e no consumo e não mais na produção.

As atividades rurais existentes na maioria dos centros urbanos brasileiros acontecem, muitas vezes, em função da pressão do modo de vida urbano, e isto por vários motivos, dentre os quais se ressalta a falta de oportunidades de trabalho, sobretudo, para pessoas pobres da cidade, como nos casos do Recife (FERREIRA, 2007), do Rio de Janeiro (BICALHO, 1992) e de São Paulo (MARQUES, 2006).

Se comparados os espaços da AU do Recife com os do Rio de Janeiro, como mostrados por Bicalho (1992) e Turnowski (1992), vê-se que neste segundo município a escala de abrangência em todos os aspectos é muito maior que no primeiro, inclusive no que tange à capitalização da produção. Já em João Pessoa (PB), as atividades pecuárias funcionam, também, como *hobby* para os trabalhadores (MAIA, 2006).

Em Recife, a AU também tem contribuído à construção de territorialidades em diversos espaços espalhados pelo município, mediante as peculiaridades de cada lugar na cidade. Como se pode destacar em espaços ociosos de um complexo viário, situado nas proximidades da Central de Abastecimento (CEASA – Recife), áreas inicialmente ocupadas para atividades agrícolas. Estas áreas foram, posteriormente, ao longo do processo de urbanização da cidade, tomadas pela expansão urbana e, em alguns destes lugares, principalmente em locais onde foram instaladas rodovias, os espaços ociosos situados entre os contornos viários voltaram a ser utilizados para atividades agrícolas[4] como mostrado nas Figuras 5 e 6.

[4] É importante registrar que os produtores desta área da cidade não recebem apoio do Estado nem de ONGs, isto porque a AU ali produzida não possui bases agro-ecológicas.

Figura 5. Canteiros às margens da Avenida Recife.

Figura 6. Canteiros na Praça Camilo Pereira Carneiro.

Mais recentemente (outubro de 2005), devido ao processo de expansão urbana, começa-se a diminuir as áreas com atividades agrícolas no local, quando se inicia um processo de construção de residências. Vale ressaltar que as referidas residências foram construídas num dos contornos viários antes ocupados para cultivo e, em sua maioria, os agricultores constroem suas casas e continuam cultivando em seu entorno.

A pressão do modo de vida urbano, bem como as características principais das atividades em epígrafe – a maior parte da AU é intensiva e capitalizada, situando-se muito próxima do mercado consumidor e com abundância de mão-de-obra[5] –, fazem dessas atividades algo significativo no processo de produção do espaço urbano, criando vários territórios na cidade. Isto mostra que a AU torna-se veículo de criação de territórios, mediante o uso e a prática que os grupos sociais envolvidos fazem do espaço e do seu

[5] Isto não quer dizer que toda a mão-de-obra disponível seja aproveitada.

conteúdo, promovendo as condições internas e externas de cada lugar à produção dos seus bens.

## 2. CONCLUSÃO

É evidente que as várias práticas sócio-espaciais desenvolvidas em um mesmo espaço (urbano), ao longo do tempo, levam à configuração de territorialidades distintas. Não obstante, parece que esta consideração, no caso do Recife, se pudermos denominar a dinâmica sócio-espacial local de "novas territorialidades", corresponde às variações pontuais quanto aos usos e às práticas do espaço pelos grupos sociais locais, segundo contextos históricos específicos. E, como o próprio "desenrolar" das ações acontecem dinamicamente, em processo, essas territorialidades apresentar-se-ão sempre renovadas.

A agricultura urbana é, portanto, uma das formas de uso e prática do espaço urbano. Sendo assim, essa forma de produzir e usar o espaço geográfico não pode deixar de ser considerada pelos agentes da gestão e do planejamento das nossas cidades. Até porque, como mostrado, a AU já construiu e articulou engrenagens cujas funcionalidades fazem-se inerentes no processo permanente de reprodução do espaço urbano em todo o mundo.

## 3. REFERÊNCIAS


BAUMAN, Z. 1999. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar.

**_____.** 2001. **Modernidade Liquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.

BOUKHARAEVA, M.L.; CHIANCA, G.K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. 2005. Agricultura Urbana Como Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v. 22, n. 2, p. 413-425.

BICALHO, A.M.S.M. 1992. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M.A. (Org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC. Divisão de Editoração.

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOUZA, M. 2003. Apontamentos Sobre a Formação da Aglomeração Metropolitana do Recife. **Revista de Geografia**. (Recife). v. 20, n. 1, p. 68-78.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2007. **Panorama da AU e AUP no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção**. Brasília: BR.

CASTILHO, C.J.M. de. 2003. Uma Geografia Urbana, Sob os Parâmetros Teórico e Metodológico do Pensamento Miltoniano: primeiros apontamentos para uma reflexão. **Revista de Geografia**. **(**Recife). v. 20, n. 1, p. 26-38.

FAO. **Cuestiones de la agricultura urbana**. Revista Enfoques, 1999. Disponível em: http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm. Acesso em 23/08/2007.

FERREIRA, R.J. 2006. O Processo de Produção Agrícola em Áreas do Entorno da CEASA-Recife/PE: Uma Atividade Rural no Centro de uma Metrópole*:* Quais as perspectivas de inclusão social para os trabalhadores envolvidos? In: Anais do Congresso de Iniciação Científica da UFPE. 14. Recife. **Anais**... Recife: UFPE.

_____. 2007. **Espaços do Entorno da CEASA-Recife: reprodução de ruralidades do núcleo de uma metrópole**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 99p.

_____. CASTILHO, C.J.M. de. 2007. Agricultura Urbana e Ruralidades: construção de territorialidades em espaços de interface urbano-rural. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. Niterói. **Anais**... Niterói: UFF/ANPEGE.

GEORGE, P. 1993. **O Homem na Terra: a geografia em ação.** Tradução: João Gama. Lisboa: Edições 70.

HARVEY, D. 2002. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 11ª Ed.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. 2001. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de janeiro: DP&A.

MAIA, D.S. 2001. Hábitos Rurais em Vidas Urbanas. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. (Org.). **O Espaço no Fim do Século: a nova raridade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

_____. 2006. Uso e Ocupação de Vales Fluviais em Área Urbana. In: MOREIRA, E.; WATANABE, T. **Ambiente, Trabalho e Saúde**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB. pp. 17-48.

MARQUES, M.I.M. 2006. Algumas Considerações Sobre o Entorno Rural da Cidade de São Paulo**.** In: OLIVEIRA, A.U.; CARLOS, A.F.A. (Orgs.). **Geografia das Metrópoles.** São Paulo: Contexto.

MEDINA, R.S. 2007. Agricultura Urbana En La Ciudad De La Habana, Cuba. **Published by City Farmer, Canada's Office of Urban Agriculture.** Disponível em: http://www.cityfarmer.org/cubaRoberto.html. Acesso em: 25/11/2007.

MENDONÇA, M.M.; MONTEIRO, D.; SILVA, R.M. 2005. Agricultura Urbana: ensaio exploratório e pequeno mosaico de experiências. In: **Agricultura na Cidade – Coletânea de textos sobre as experiências desenvolvidas no âmbito do "Programa de Agricultura Urbana" da AST-PTA, na zona Oeste do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: AST-PTA.

MONTEIRO, A.V.V.M. 2002. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas**. SP. v. 32, n. 6. Disponível em**:** http://www.agriculturaurbana.org.br / sitio / textos / ana % 20victoria % 20sobre % 20AU.htm. Acesso: 25/09/2006.

MOUGEOT, L. 2000. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. **Revista de Agricultura Urbana**. Disponível em: http://www.agriculturaurbana.org.br / RAU / AU1 / AU1conceito.html. Acesso em: 12/06/2007.

PONTUAL, V. 2001. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE.

ROCA, M.N.O. 2004. Migrações Internas e Circulação da População: O caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo. In: Congresso Português de Demografia - ABEP. 2. Lisboa. **Anais...** Lisboa: ABEP, 2004. Disponível em: http://www.apdemografia.pt/ROCA.pdf. Acesso em 26/12/2006.

SABATO, E. 1993. **Homens e Engrenagens: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada de nosso tempo**. Tradução: Janer Cristaldo. Campinas: Papirus.

SANTOS, M**.** 1985. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel.

_____. 1988. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo; Hucitec.

_____. 1997. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec.

———. 2004. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp.

TURNOWSKI, S**.** 1992. **A Organização do Espaço no Estado do Rio de Janeiro: as áreas periurbanas**. [S.l.:s.n.]. Mimeo.